

**A QUALIDADE DE VIDA É SUSTENTÁVEL?
RESPONDENDO A PARTIR DO MAPEAMENTO DE TRANSECTOS DE
AUTÓCTONES DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL AÇORIANA DE UMA
ILHA NO SUL DO BRASIL**

Gilvana da Silva Machado (UFSC)¹; ArianeKuhnen (UFSC)²

Resumo: A Sustentabilidade da Qualidade de Vida envolve a congruência entre as dimensões ambiental, social e econômica de correntes e futuras gerações. Para analisá-la foram acessadas 12 pessoas autóctones de uma comunidade tradicional açoriana, provenientes de uma família extensa, que foram questionadas sobre seus cotidianos a partir de mapeamento de transectos. Os dados foram organizados utilizando-se o software NVivo. Como resultado constatou-se evidências de incongruência interdimensional.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Sustentabilidade. Comunidade tradicional.

1 Bióloga. Mestrado e Doutorado em Psicologia obtidos na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), pesquisadora colaboradora no LAPAM (Laboratório de Psicologia Ambiental) da UFSC. gilvanamachado@yahoo.com.br

2 Psicóloga. Docente na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) lotada no Departamento de Psicologia, Coordenadora do LAPAM/UFSC. ariane@cfh..ufsc.br

Abstract: Sustainability of Quality of Life enables a congruity of environment, social and economic dimensions of current and future generations. To investigate this it was accessed 12 autochthonous persons of an extended family of a traditional Azorean community. They were asked about your daily while mapping their own transects. The data were organized by use of the software NVivo. As result verified evidences of incongruity between dimensions.

Keywords: Quality of Life. Sustainability. Traditional Community.

Qualidade de vida e sustentabilidade: Como se dá esta relação?

A qualidade de vida envolve vários aspectos que agem de maneira interativa, constituindo verdadeira rede de determinantes do tipo de vida que levam as pessoas. (CONSTANZA et al, 2007). Coerente com este ponto de vista, a conceituação de Qualidade de Vida do Glossário Temático sobre Promoção de Saúde do Ministério da Saúde brasileiro (BRASIL, 2012), acentua, como nota complementar, a necessidade de ser levar em conta os aspectos: 1) Histórico (o parâmetro de qualidade de vida pode ser diferente na mesma sociedade em outro momento histórico); 2) Cultural (valores e necessidades são construídos hierarquicamente diferentemente pelos povos, revelando suas tradições), e; 3) Relacionados às classes sociais (em sociedades com fortes desigualdades, as concepções de bem-estar e qualidade de vida estão relacionadas ao bem-estar das camadas superiores e à possibilidade de alcançá-lo). Com efeito, o conceito de qualidade de vida pode ser entendido como a condição de vida humana real (não apenas possível), existente num determinado contexto ambiental e temporal, e em conformidade com os desejos, sonhos ou aspirações relacionados às condições de vida idealizadas (VLEK, 2003).

Já sustentabilidade, que é concebida como conceito central para o manejo de novas e existentes áreas em desenvolvimento, oferece um discurso compreensível do funcionamento das cidades, sob a meta de encontrar um equilíbrio entre padrão ambiental, econômico e social para correntes e futuras gerações (ABDEL-GALIL, 2012). O princípio do desenvolvimento sustentável, desenvolvido há quase meio século, é proveniente dos debates na Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo na Suécia, sendo mencionado formalmente a primeira vez no relatório Brundtland publicado em 1987. Ele propõe que uma sociedade sustentável, implicaria numa estrutura que busca a satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. A partir desta concepção, o uso dos recursos naturais, que tradicionalmente alimentam o desenvolvimento econômico global (servindo de combustível para sustentar o crescimento), deveria ser equilibrado para que as próximas gerações não arquem com os prejuízos provenientes do mau uso de tais recursos (LOPES, CARIONI, & VAZ, 2014).

Sendo assim, ao se abordar a relação entre estes dois conceitos, é necessário considerar que a sustentabilidade da qualidade de vida é um fenômeno multidimensional que envolve a congruência e sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento (ver PUGLISI, 2006; FORATTINI, 1991; MASSAN, 2002; KELES, 2012; VLEK, 2003, COSTANZA et al, 2007; SCHALOCK, 2004; MOSER, 2009). Considerando este aspecto multidimensional, propõe-se que o crescimento da economia tenha impacto reduzido sobre o meio ambiente e com melhorias significativas nas condições de vida, tratando-se então da sustentabilidade econômica aliada à sustentabilidade social e à sustentabilidade ambiental. Para tanto, práticas sustentáveis devem ser mantidas e aprimoradas de forma que a economia promova modos de produção e de consumo que preservem a capacidade de regeneração dos recursos naturais, e, de uma forma mais geral, os ciclos, processos e equilíbrios locais e globais que asseguram a preservação do ser vivo (OST, 1995; LAYRARGUES, 1997)

Com efeito, se há uma família que vive num mesmo local há várias gerações é plausível pressupor que houve/há uma congruência sinérgica multidimensional (social, ambiental e econômico), onde modos particulares, históricos e culturais, de relações com os vários ecossistemas, e dos seres humanos entre si, interagiram e interagem permanentemente conforme sugerem Diegues (1992), Shafer, Koo Lee & Turner (2000), Sachs (1980) e Vieira (2009), dentre outros autores. Paralelamente, Moser (2009) propõe que a congruência, que implica na sustentabilidade da qualidade de vida, resulta e é conduzida através da interação entre as pessoas com seus ambientes imediatos de forma respeitosa, ocorrendo um relacionamento positivo entre qualidades objetivas do ambiente e a expressão de satisfação em relação a este ambiente. Todavia, conforme apontam autores como Corraliza (1997), Pinheiro (1997) e Pol (1993), atualmente esta interação evidencia-se por questões ambientais que se materializam numa crise das pessoas-nos-ambientes delimitada por condições insustentáveis.

Sustentabilidade da qualidade de vida: De quem, quando e onde?

Sob este processo, observa-se que tanto na costa brasileira, como em outras zonas costeiras espalhadas por vários países de diferentes continentes como: Tailândia, Hong-Kong, Austrália, Reino Unido, dentre outros (GREEN, 2005; KAMALIPOUR, YEGANEH, & ALALHESABI, 2012; NG, KAM, & PONG, 2005; RADFORD & JAMES, 2013; ROGAN, O'CONNOR, & HORWITZ, 2005), o desenvolvimento urbano e as transformações dos lugares foram mais rápidos que a mudança do entendimento do lugar ocupado por seus residentes. Estas zonas abrigam um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental e apresentam diversidade biológica marcada pela transição entre ambientes terrestres e marinhos, com características que lhe conferem um caráter de fragilidade, requerendo atenção especial do poder público, visto que a saúde, o bem-estar e a própria sobrevivência das populações costeiras dependem da

sustentabilidade das atividades humanas nestas áreas. Atrelado a este demanda e constatando-se que a maior parte da população mundial vive em zonas costeiras e que há uma tendência permanente do aumento da concentração demográfica nestas regiões (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC³), observa-se que estas áreas estão sob acelerado processo de ocupação e urbanização, direcionando tendências associadas à dinâmica econômica global (a exemplo do turismo) e refletindo na utilização dos espaços, na forma de aproveitamento dos recursos e impactando as comunidades tradicionais que habitam estas zonas há várias gerações.

No caso específico brasileiro, a zona costeira compreende mais de 8500 quilômetros, abrangendo 17 estados e mais de 400 municípios, e enquanto a população urbana multiplicou-se em média 2,64 vezes entre 1970 e 2000, em alguns municípios litorâneos do estado de Santa Catarina, a população multiplicou-se 4,6 vezes sob o efeito do fenômeno da litoralização (PEREIRA, 2007). Apesar do conhecimento de que atividades econômicas na zona costeira brasileira compreendem cerca de 70% do PIB⁴ nacional, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012), a expansão urbana nesta zona vem ocorrendo sem planejamento efetivo, com a ocupação irregular das encostas, dos mangues, das restingas, sob um contexto de omissão, onde o lançamento de esgotos domésticos e comerciais (de restaurantes, bares, hotéis, pousadas, dentre outros) no mar, são mantidos pela quantidade incipiente de capacidade para tratamento de efluentes, ameaçando, além da economia nacional, a sobrevivência das populações costeiras (SARTOR & SANTOS, 2005).

A partir deste contexto e considerando que os lugares são muito mais que um mero pano de fundo para experiências, - pois podem representar a continuidade da família, servir de regulação emocional, de veículos de aprendizagem e crescimento pessoal, favorecer a manutenção de relações sociais e ter significado espiritual - e, que mudanças ambientais podem

3 Instituído pela lei Nacional de Gerenciamento Costeiro no. 761 de 1998, já possuindo uma segunda versão (PNGCII).

4 Produto Interno Bruto - Representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante determinado período. Tem o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

resultar num grande impacto sobre o modo dos sujeitos estruturarem seus relacionamentos com seus entornos, concebe-se que a urbanização - implicando em mudanças no cenário físico, nos tipos de uso e nas atividades ao ar livre -, pode apagar aquilo que é precioso e significativo para uma determinada comunidade, prejudicando a qualidade de vida, especialmente para aqueles que estabelecem esta relação a longo termo (ANTROP, 2005). Consistente e pertinentemente, a qualidade ambiental tem sido considerada um dos mais importantes componentes de qualidade de vida (KELES, 2012), sendo que mudanças envolvidas nos entornos têm sido vistas como uma ameaça, como uma evolução negativa, devido à perda de diversidade, coerência, identidade e de características das paisagens construídas por culturas tradicionais que estão sendo rapidamente varridas do mapa (CARTER; DYER & SHARMA, 2007). Sob este processo, Slemp et al (2012) evidenciam a importância do monitoramento de impactos socioculturais do uso do solo que permitam a identificação de consequências potenciais do crescimento urbano.

Desta forma, o conhecimento da consciência, percepção e expectativas das pessoas sobre as mudanças na qualidade ambiental local ao longo do tempo torna-se fundamental, visto a complexidade e amplitude das atitudes da comunidade em torno do ambiente (ROGAN, O'CONNOR, & HORWITZ; 2005), implicando numa crescente demanda de se avaliar a sustentabilidade da qualidade de vida ao longo de diferentes gerações. Considerando esta demanda, observa-se que enquanto populações tradicionais⁵ tentam se adaptar ao recorrente surgimento de megaprojetos de alto impacto ambiental, com investimento público, privado, nacional e internacional (LOPES, CARIONI, VAZ, 2014), nos países em desenvolvimento, como o Brasil, são justamente estas populações, com fortes vínculos culturais com os ambientes, que tem conservado os ecossistemas naturais (DIEGUES, 1992), sendo responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem (e dependeram) a

5 De acordo com o Decreto Federal Brasileiro nº 6.040, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais são: "Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (ver Silva, 2007).

sobrevivência de suas diferentes gerações (DIEGUES et al, 2000). As especificidades dos povos e das comunidades tradicionais implicam em processos produtivos marcados pela economia de subsistência, onde a produção é determinada por questões ligadas às necessidades *versus* possibilidades. Estas populações apresentam, nas suas práticas produtivas, o respeito aos ciclos naturais e o amplo conhecimento do ecossistema no qual vivem, utilizam tecnologias de baixo impacto ambiental e apresentam práticas de uso comunitário de recursos renováveis. Além disso, compõem uma organização social onde a família extensa desempenha importante papel (SILVA, 2007).

A partir do conhecimento deste processo de transformação que vem ocorrendo em áreas costeiras e suas implicações, foi estudada a comunidade tradicional açoriana do “Morro do Jacinto⁶”, localizada na região sul do Brasil, na costa leste da porção central da ilha de Santa Catarina, às margens de um canal, que liga um corpo lagunar ao mar, povoada na sua maioria por moradores nascidos no local (autóctones) e que já esteve envolvida em debates e conflitos em torno da ligação da lagoa com o mar (por conta do assoreamento artificial e abertura definitiva do canal ocorrido na década de 80) e por planos de implantação de empreendimento de caráter náutico e habitacional que permanece sob impasse judicial⁷ por mais de 20 anos, conforme discutido em estudo de caso apresentado na tese de Villasbôas (2003). Com efeito, a dragagem e regularização deste canal foi uma drástica mudança para esta região da ilha, que nos anos de 1954 e 1955 recebeu o seu primeiro processo de dragagem e, em 1968 o segundo. Por fim, em 1982, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) modificou o leito e a vazão do canal com a abertura, drenagem e construção de um molhe na sua entrada, que interferiu na ecologia de todo o sistema lagunar. Antes desta intervenção, a cada seis meses, a ligação da

6 Todos os nomes de sujeitos citados neste estudo são nomes fictícios para proteger privacidade e anonimato dos envolvidos.

7 Ação civil pública no. 970000001-0. Implantação do empreendimento Porto da Barra, Florianópolis, Santa Catarina. Ministério Público Federal e União Federal contra FATMA e Portobello Ltda.

lagoa com o mar se fechava e abria, sendo que a salinidade da lagoa era bem menor antes de sua abertura permanente (BITTENCOURT, 2005).

Segundo Barbosa (2003), após esta intervenção ambiental, em vários lugares na bacia da lagoa “onde se pegava o peixe com a mão” (p.63), o declínio da pesca se intensificou. Esta alteração ambiental repercutiu num impacto socioeconômico negativo visto que a pesca de peixes e crustáceos na lagoa, que sempre teve uma grande relevância para a região - tainhas e camarões eram a base da pesca artesanal das comunidades que circundam a lagoa -, sofreu drástico declínio sendo que a média anual de pesca entre 1964-1984 que era de 168 toneladas, de 1985 a 1997 foi reduzida drasticamente para 40 toneladas. O impacto relacionado ao aumento da salinidade da água da lagoa pode ter extinguido espécies dulcícolas e marinhas que nem chegaram a ser classificadas, considerando-se que a desova de peixes, crustáceos e moluscos na zona costeira se dá principalmente em desembocaduras de canais, rios e lagoas.

Por outro lado, essa regularização do canal coincidiu temporalmente com o crescimento do local, pois desde então, nas comunidades do entorno, a economia passou a se alternar entre a atividade pesqueira, o turismo e a prestação de serviços, visto que no período entre as décadas de 70 e 80, com a diminuição dos estoques de pesca e a introdução do turismo e das residências secundárias, muitos dos pescadores transferiram-se para o setor de serviços para atender ao grande contingente de turistas na temporada de verão (DIEGUES et al, 2000).

Todo o processo de transformação associado à abertura deste canal, no caso específico do local deste estudo, teve interferência também na acessibilidade aos locais de moradia dos indivíduos autóctones, pois o mesmo também passou a limitar o acesso da comunidade do Morro do Jacinto de forma permanente, separando-o de uma área plana aterrada (local visado para loteamento Porto da Barra conhecido como “campo da portobello” pelos moradores locais) surgida após a construção dos molhes e abertura do canal, sendo que o material dragado foi depositado neste local segundo relatos dos integrantes desta comunidade. Esta área plana que antes era, conforme

descrita pelos moradores mais antigos deste morro, “um mangue com canais cheio de peixe e camarão”, consistia também de área de uso comunal para criação de animais e uso de fontes de água utilizadas para lavar roupas e até mesmo para consumo em épocas de seca, quando não vertia água do morro.

Admitindo como verdadeiro o pressuposto de Moser (2009) de que a sustentabilidade da qualidade de vida ocorre somente quando as pessoas interagem com seus ambientes de forma respeitosa, o que conduz é resultado de uma situação de congruência, buscou-se por uma descrição da interação de indivíduos autóctones desta comunidade tradicional açoriana com seu entorno sócio-físico, envolvendo o uso de recursos naturais, práticas sociais e estilo de vida local, que possibilitasse uma análise prospectiva da qualidade de vida desta comunidade localizada em área costeira. Para tanto, em um estudo de caráter descritivo e exploratório, foram acessadas individualmente 12 pessoas, provenientes de 4 subfamílias, pertencentes de uma mesma família extensa, representantes de três gerações consecutivas, que foram observadas e questionadas sobre a importância do entorno para sua qualidade de vida, a partir da elaboração de Mapeamento de Transectos (VIEIRA, BERKES, & SEIXAS (2005) e THOMPSON, ASPINALL, & BELL (2010)) – quando informações foram coletadas durante uma caminhada de uma dada área selecionada pelo participante como caminho utilizado com maior frequência no cotidiano - , obtendo-se dados sobre o uso recursos ambientais, atividades humanas ali existentes, dentre outros. Por meio de conversa informal foram obtidos nomes de lugares, plantas, animais, atividades humanas, problemas sociais e ambientais e aspectos relacionados à mudança na paisagem de entorno. Toda conversa durante esta caminhada foi filmada e os áudios foram transcritos.

Para facilitar a organização dos dados foi utilizado o software NVivo desenvolvido para facilitar técnicas qualitativas comuns como organizar, analisar e compartilhar dados, independentemente do método utilizado, bastando-se seguir o manual de instrução. O mesmo facilitou consideravelmente a análise qualitativa do grande volume de dados textuais proveniente das transcrições dos arquivos sonoros associados às imagens,

através da segmentação do texto em paisagens, favorecendo a interpretação de dados não estruturados e semiestruturados referentes às menções espontâneas e respostas dadas durante mapeamento de transectos.

Os voluntários para esta pesquisa assinaram um termo de consentimento que explicava objetivos e procedimentos e assegurava o anonimato. Eles foram escolhidos sob o critério de facilidade de acesso e aceitação em participar do estudo e compuseram seguinte perfil socioeconômico: seis homens (DescA, DescB, DescC, Desc2B, Desc2C, Desc2D) e seis mulheres (DA, DB, DC, DD, DescD, Desc2A). Em relação à faixa etária, as voluntárias participantes, da geração mais idosa, tinham em média 74 anos, sendo que a de maior idade tinha 83 anos e a mais nova 67. O grupo dos filhos destas idosas teve uma média de idade de 45 anos, tendo o mais novo 35 anos e o de maior idade 53. Quanto aos netos voluntários, foi observada uma média de idade de 19 anos, tendo o mais jovem 16 e o mais velho 27 anos. Oito deles declararam ter ensino fundamental incompleto (D.A; D.B; D.C; D.D; DescA; DescB; DescC; Desc. D), um deles possui ensino fundamental completo (Desc2A), dois declararam estar cursando o ensino médio (Desc2B; Desc2C) e um deles informou ser graduando em história em universidade pública estadual (Desc2D).

Em relação à profissão informada pelos voluntários, duas idosas informaram trabalhar como domésticas (DA e DD), outras duas informaram ser “Do lar” (DB, DC,). Entre os filhos, dois informaram ser pescadores (DescA, DescB), outro informou ser auxiliar operacional da COMCAP⁸ (DescC) e a única mulher do grupo (DescD) informou ser “Do lar”. Entre os netos uma informou ser auxiliar de cozinha no verão e “Do lar” no inverno (Desc2A). Os três indivíduos mais jovens da amostra declararam serem estudantes, dois de ensino médio e um da graduação. Quanto à profissão de seus cônjuges, cinco informaram que o esposo (falecido ou vivo) é pescador (DA, DB, DC, DD, DescD), uma delas informou que o esposo é vigilante terceirizado (Desc2B), um deles que a esposa é auxiliar de cozinha (DescB) e outro que a esposa

8 Companhia de Melhoramentos da Capital: é uma empresa de economia mista responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública da Capital, contratada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

trabalha como doméstica (DescC), os demais são solteiros, dois deles informaram que seus pais tem a profissão de pescador (Desc2B e Desc2D) e outro informou que o pai é motorista de ônibus (Desc2C) e suas mães: auxiliar de cozinha (Desc2B), doméstica (Desc2C) e professora de ensino fundamental municipal (Desc2D). A renda familiar informada pelos voluntários resultou numa média mensal de R\$1335 por pessoa ao longo do ano, sendo a renda média mensal individual mais baixa de R\$850 (DescC) e a mais alta informada foi de R\$2000 (DescD). De todos participantes, oito deles informaram obter fonte de renda (complementar ou principal) proveniente do aluguel de casa, por diária na temporada de verão e mensal ao longo do ano (DB; DC; DD; DescB; DescD; Desc2B; Desc2C; Desc2D).

Sob este perfil socioeconômico, foi observado que apesar dos entrevistados terem, em geral, baixo grau de instrução, os indivíduos da geração mais jovem apresentam um considerável aumento do nível de instrução em relação aos indivíduos das gerações anteriores. Outro aspecto interessante é que apesar do grau de instrução ser baixo (a maioria com ensino fundamental completo no máximo), e terem informado estarem empregados em profissões de baixa remuneração, a renda per capita média é superior ao salário mínimo (que no período em que foram feitas as coletas era de R\$ 878). Vale ressaltar que isto está atrelado ao fato de que a maioria dos voluntários (oito deles) dispõe de casas para alugar seja no verão, ou mesmo durante o ano, melhorando, consideravelmente, a renda familiar, o que interfere positivamente na qualidade de vida dos autóctones em geral, segundo seus relatos.

Além de todas as informações transcritas, o produto do uso da técnica de mapeamento de transectos foi uma representação gráfica de linhas que cortam uma parte da área de estudo conforme pode ser visualizado na Figura 1:

Caminhos Percorridos:



Legenda Transectos:

Idosas:	Filhos:	Netos:
..... D.A.	----- Desc.A. Desc2.B.
----- D.B.	----- Desc.B.	----- Desc2.B2.
----- D.C.	----- Desc.C.	----- Desc2.C.
----- D.D.	----- Desc.D.	----- Desc2.D.

Figura 1 – Tracejado dos caminhos percorridos pelos voluntários autóctones.

Ao ser tracejado, na imagem por satélite (ver figura 1) o caminho percorrido com maior frequência no cotidiano de cada participante, foi possível perceber que o “campo da portobello” apesar de não ser mais um local de onde se tira alimentos e água para o consumo, ainda é um local de uso dos moradores para acessar elementos urbanos essenciais a vida no local (escola, farmácia, ponto de ônibus, mercado) visto que a maioria das linhas tracejadas passa pela área plana na margem oposta do canal (em relação às casas da

comunidade), justamente na área onde se propõe construção do empreendimento náutico-habitacional. A descrição do caminho percorrido por parte dos voluntários também forneceu informações importantes sobre os hábitos do cotidiano da comunidade local. A partir desta descrição, as práticas mais comuns de cada geração são:

- Idosas – as idosas em sua rotina estão envolvidas basicamente com afazeres domésticos (lavar roupa, limpar a casa, ir na padaria, no mercado) e na manutenção do quintal ou entorno da casa (limpando o porto, arrumando bateras), demonstram estar sempre em contato com plantas, com a terra e com animais, dos quais se beneficiam utilizando recursos do entorno a partir da intervenção das mesmas sobre o local (plantas ornamentais e alimentícias selecionadas há várias gerações e plantadas por elas– roseiras, banana, mandioca, abóbora, dentre outros). A interação e convivência com os filhos, ao longo dos anos vividos neste local, também pode ser apontado como importante atributo da qualidade de vida destas mulheres a partir do relato das mesmas. Somente uma delas atravessou o canal (DC) para mostrar seu caminho rotineiro (a única que participa de grupo de ginástica para idosos no centro comunitário do bairro), as demais permaneceram em torno de suas casas, em seus quintais ou porto.

- Filhos – Os participantes desta amostra, filhos destas idosas, em seus relatos sobre o que fazem nos caminhos percorridos em seu cotidiano, em geral mencionaram nomes de plantas e falaram da sua relação com a terra e animais presentes no local, principalmente quando relacionado à pesca. Neste grupo a maioria dos voluntários foram homens (3). A única mulher participante neste grupo mencionou seu hábito de plantar, mexer com a terra, interação com animais, cuidados com a filha adolescente, atividades domésticas, semelhante ao que relataram as idosas. A mesma, em seu relato, evidencia a necessidade e os benefícios de se plantar e colher no local com argumentos que envolvem segurança alimentar, benefícios da interação com a terra (“fuçar na terra traz tranquilidade”), e aproveitamento de nutrientes para adubo (compostagem). Já os homens apresentaram um relato mais focado nas atividades relacionadas ou envolvidas com a pesca (puxar rede, ir ao estaleiro,

conversar com os pescadores). Todos os filhos atravessaram o canal para me mostrar o caminho que percorrem em suas rotinas diárias.

- Netos – O relato dos netos das senhoras idosas apresenta como principal diferença, em relação ao relato dos indivíduos das gerações anteriores, a ausência de menção de práticas que envolvem o contato com plantas e/ou com a terra e animais, e com a pesca. Eles relataram uma rotina mais focada em práticas institucionalizadas (levar filho na creche, fazer compras, pegar ônibus, ir para a escola ou faculdade) e menos localizadas nas proximidades do entorno de suas casas. Apesar de terem mencionado se sentirem seguros no entorno de suas casas, demonstram grande preocupação com o futuro do local, visto o aumento de construções irregulares e sem saneamento básico. Assim como os indivíduos da geração anterior, todos os indivíduos participantes deste grupo atravessaram o canal e, além deste o campo, para apresentar seus caminhos cotidianos.

Apesar destas variações nos hábitos do cotidiano de acordo com a geração, todos afirmaram obter recursos extraídos do seu entorno, principalmente para alimentação, sem a necessidade de utilizar o dinheiro em troca dos mesmos, dentre eles foram citados espécimes vegetais (abóbora, acerola, aipim, alfavaca, bambu, banana, batata doce, cana, cebolinha verde, chuchu, erva-cidreira, goiaba, hortelã, jaca, jiló, laranja, limão, camboatá (madeira pra fazer trapiche), mamão, mandioca, manjeriço, maracujá, pimenta, pimentão, pitanga, salsinha, tomate, tangerina) e animais marinhos (abrótea, anchova, arraia, badejo, cação, camarão, carapeva, carapicú, cocoroca, corvina, espada, garopeta, garoupa, lagosta, linguado, lula, marisco, peixe, robalo, sardinha, siri, tainha, tanhota). A partir destes dados verifica-se que o entorno tem importante papel nutricional para os indivíduos desta comunidade tanto ao que se refere à obtenção de alimentos vegetais, assim como fonte de proteína animal, indicando ter grande importância na manutenção da qualidade de vida no local.

Em relação às perspectivas de desenvolvimento futuro na região, todos os participantes, que atravessaram, ou não, o canal e o “campo da portobello”, disseram acreditar que o empreendimento será implementado e que já trouxe e

trará ainda várias consequências sobre o modo de vida no local relacionado à degradação ambiental, diminuição da quantidade e qualidade da pesca e ao aumento do custo de vida no local semelhante ao que ocorre nos locais sob o processo denominado gentrificação⁹, conforme relata DescA, exemplificando relatos dos autóctones referente a este assunto:

“Eu acho que não vai ser bom, porque eu não vou ter dinheiro pra comprar um iate, um apartamento, que eles vão querer que o iate chegue tudo na porta deles, da casa deles, os iate vão chegar na entrada que nem chega um carro na garagem, entendeu?(...)Então esse campo aqui não vai ter futuro pra mim, né? O futuro aqui é praquele que tem dinheiro e eu não vou poder mais passar aqui, né? Eu não vou ter mais chance de passar aqui, aqui só vai ter apartamento, hotel, os barco que são os iate, como é que a gente vai passar, se vai ter segurança, vai ter guia, aí não tem mais como nós passar, né? Vai ser particular, não tem mais como, já tão planejando pra isso aí”.

Motivos não faltam para acreditarem nisto, pois o mapa ilustrativo do projeto está afixado em uma guarita/escritório na entrada principal do terreno (por onde passaram a maioria dos participantes durante o percurso do transecto) à vista dos transeuntes (Figura 2), enquanto ocorre o aumento sucessivo e progressivo da área impermeabilizada (destinada à garagem de embarcações (lanchas e iates) e estacionamento de automóveis e heliporto), conforme pode ser observado nas Figuras 3 e 4.

⁹ Ações articuladas que interferem na materialidade do espaço, incentivam a criação de novos pólos de atração e potencializam o interesse das classes mais abastadas. Provoca a exclusão da população local e de baixa renda que é praticamente relegada dos programas de benfeitorias para elitização das áreas, onde ocorre apropriação dos imóveis para fins comerciais ou de entretenimento (SILVA; FERETTI; SETTE; 2008).



Figura 2 –Foto da vista interna da guarita na entrada do “campo da portobello”.



Figura 3 – Foto panorâmica da área impermeabilizada à beira do canal



Figura 4 – Foto registrando aumento da área impermeabilizada à beira do canal para estacionamento e heliporto, um ano e meio depois da captura da foto 3 (comparar canto esquerdo das fotos).

Moser (2009) sugere que a análise estruturada de condições de congruência deve ter seu olhar conduzido sobre o ambiente residencial, a partir da avaliação objetiva e subjetiva de estressores ambientais na relação entre o indivíduo e ambiente e na expressão social de bem-estar. Seguindo esta sugestão, a análise prospectiva da qualidade de vida desta comunidade tradicional açoriana, constatou, como um estressor ambiental, o assoreamento do canal e aterro de mangue ocorrido no passado e a possibilidade de

implementação de empreendimento náutico habitacional, que, além do impacto ambiental, também vem implicando em impacto social. Ou seja, uma intervenção socioambiental incongruente ocorrida no passado e em ação até os dias atuais (leia-se assoreamento do canal, aterro de mangue e a gradual e sucessiva impermeabilização do solo à beira do canal) incidiu e vem incidindo no rompimento do respeito aos ciclos ecossistêmicos, de forma que, o aumento do número de casas para fins de obtenção de renda proveniente de aluguéis tanto anuais como de temporada, construídas pelos próprios indivíduos autóctones de forma irregular, sem preocupações com o saneamento ambiental e infringindo o código ambiental brasileiro, acaba também contribuindo como estressor ambiental, realimentando assim a cadeia de degradação socioambiental que vem ocorrendo no local. Atrelado a este processo, foi relatado que muitos autóctones da comunidade estão deixando o local para morar em bairros próximos, como Rio Vermelho e Ingleses, onde o custo de vida é mais baixo.

Sob este aspecto, cabe ressaltar que, num passado não muito distante, para os indivíduos das duas gerações de maior faixa etária, ocorreu um impacto ambiental de enorme proporção (que alterou o entorno que era fonte abundante de alimento - camarões, caranguejos, siris e peixes) que resultou na migração para outras áreas de trabalho (que não as tradicionais, como a pesca e a lavagem de roupas) integrando-os a um sistema de desenvolvimento econômico pautado na obtenção do lucro imediato que não se preocupa com as externalidades negativas¹⁰ deste feito. Isto possibilitou que iniciativas privadas passassem a usufruir dos recursos naturais, deixando sobre a coletividade a carga dos custos sociais e ecológicos deste usufruto, sendo que uma parte destes custos se traduziu em desigualdades diacrônicas, ou seja, afetou a qualidade dos recursos e do meio das gerações atuais e condena as futuras a enfrentar os custos da exploração insustentável dos recursos. Sob e sobre este processo, ficou evidente que a apropriação do local: dirigida aos outros

¹⁰ Economistas usam o termo *externalidade negativa* para expressar o erro de alocação ou efeitos discordantes. Riscos, degradação e dilapidação são aceitos como impacto de cada externalidade que pode ser retribuída somente pelo pagamento de um preço certo que deve ser negociado com aqueles que são prejudicados.

na conquista do espaço, e a si mesmo quando procura adaptar o espaço às próprias necessidades (KUHNNEN, 2002), tem desrespeitado várias leis de preservação ambiental, visto que a maioria das casas se encontra em área de preservação permanente (APP¹¹) e não possuem tratamento de efluentes sanitários.

De fato, a partir do relato dos voluntários durante o mapeamento de transecto, pode-se considerar que os autóctones ainda têm uma forte relação de dependência de recursos naturais do entorno, entretanto ao vivenciarem as intervenções ambientais ocorridas no local no passado, que implicou em alteração no modo de vida, assumiram um tipo de apropriação que não respeita mais os ciclos naturais e divide com o coletivo só os custos ambientais, enquanto toma individualmente os benefícios relacionados ao uso de recurso ambiental. Mais claramente falando, se dividem os efeitos negativos da contaminação das águas do canal com dejetos humanos, enquanto se lucra com os aluguéis de casas sem saneamento básico. Todavia, considera-se que neste caso não há culpados e nem vítimas e sim uma população tradicional tentando se manter e se adaptar, apesar da grande interferência no seu modo de vida, que anteriormente respeitava o ecossistema do entorno, visto que sempre dependeram dele para sobreviver. Sendo assim, sob o histórico do contexto socioambiental desta população, pode-se dizer que ocorreu uma quebra drástica do respeito aos ecossistemas, que até então tinha sido passado de geração a geração, e que o mesmo foi aterrado junto com o mangue que os alimentava e fazia parte da sua paisagem cotidiana.

Sob este aspecto, as análises dos dados obtidos apontam que a possibilidade do empreendimento náutico-habitacional ser levado a cabo, ameaça hoje o acesso, a mobilidade e o “ir e vir” de indivíduos de todas as gerações desta comunidade tradicional (visto que prospectam que logo não poderão mais cruzar o campo considerando que o dono do terreno pretende cercá-lo) que vem sofrendo dos impactos cumulativos da intervenção ocorrida

11 Área de Preservação Permanente – Segundo a lei no. 12651, de 25 de maio de 2012 do código ambiental brasileiro – Art,3o (II) – área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico, de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

no passado, e que sofrerá muito mais se tiver seu acesso ao campo impedido, algo que foi mencionado por diversas vezes e por diferentes pessoas ao falarem de seu cotidiano neste entorno e do quanto este trajeto é importante para eles. Além disso, a implementação deste empreendimento poderá ter impacto ambiental ainda maior sobre o ecossistema local e lagunar visto o conseqüente aumento da densidade demográfica e todas as demandas necessárias atreladas a este processo (esgotamento sanitário, consumo de água, produção de resíduos, maior tráfego de automóveis e embarcações). O aumento do custo de vida no local também poderá implicar na expulsão de toda população tradicional que, além de não poder arcar com o aumento das despesas de subsistência no local, também perderá os recursos ecossistêmicos apontados como essenciais elementos nutricionais fornecidos pelo entorno. Como resultado, a análise prospectiva da qualidade de vida desta população tradicional aponta para a insustentabilidade atrelada às intervenções ambientais ocorridas no passado, em área de uso comunal, com forte impacto social e econômico até os dias atuais.

Considerações finais

Tendo em vista tais resultados, o Mapeamento de Transectos mostrou-se uma ferramenta eficiente para acessar informações espontâneas sobre o modo de vida, práticas sociais, relação entre pessoas e seus ambientes de entorno, assim como as perspectivas destas pessoas para o desenvolvimento no local, favorecendo a prospecção e a análise da sustentabilidade da qualidade de vida em diferentes locais. Além disso, este mapeamento possibilitou a constatação da incongruência entre as dimensões social, ambiental e econômica através dos relatos espontâneos dos participantes sobre a qualidade de vida, que destaca, entre outras coisas, um desrespeito e insatisfação em relação ao ambiente de entorno.

Conforme abordado e discutido na literatura científica internacional (algumas referências citadas e discutidas ao longo deste artigo) percebe-se

que este fenômeno urbanizatório associado à degradação da qualidade de vida humana, ocorre de maneira global e generalizada nas zonas costeiras da maior parte do nosso planeta. No âmbito brasileiro, considerando a existência do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (lei no. 7661/88), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal Nº 6.040/2007), e o do Código Florestal Brasileiro (lei Nº 12651/2012), constata-se uma completa inconsistência entre o que se prevê e prescreve as políticas públicas e legislação ambiental envolvidas na manutenção da qualidade de vida de populações tradicionais, costeiras e da população em geral, sendo que o que se verifica na prática é uma especulação imobiliária e exploração desgovernada de recursos naturais (atrelada à exploração do turismo) com diversos impactos como: contaminação hídrica, impermeabilização de solo fértil e de áreas de preservação permanente, perda de vegetação nativa, de benefícios fornecidos através de fluxos ecossistêmicos interrompidos, - até então essenciais às populações tradicionais -, e do acesso a trajetos importantes do cotidiano dos autóctones, aumento de riscos costeiros devido às construções em áreas ilegais, dentre outros fatores que refletem uma incongruência entre as dimensões ambiental, social e econômica que repercute em graves impactos nos modos cotidianos de vida com drásticas consequências para a qualidade de vida humana das atuais e futuras gerações.

Com efeito, nesta comunidade tradicional ficou evidente que para os autóctones a relação que mantém com a terra em que nasceram e morreram seus antepassados, e em que nascem seus filhos, ainda possui padrões e critérios sustentáveis, visto que reconhecem a importância e dependência em relação ao ecossistema do entorno, o que pode justificar a necessidade tanto de indenizá-los pela perda de acesso livre aos recursos naturais, como também orientá-los na obtenção de recursos através da exploração de turismo mais coerente com a manutenção dos ciclos ecossistêmicos, considerando que foi e é a partir de aluguéis de habitações, principalmente no verão, que se dá uma atividade predominantemente paliativa no que concerne os efeitos dos impactos ambientais de intervenções que restringiram o acesso e obtenção de

recursos principalmente os relacionados à produção de alimento e coesão social.

Sob estes termos, é recomendável atentar para o processo complexo e multidimensional que concerne a gestão da qualidade de vida sob dinâmica urbanizatória predatória, concebendo-se que, se há uma esperança para o modo de vida urbano e fim da crise das pessoas nos ambientes, ela estará implicada em uma noção de qualidade de vida voltada para as relações comunitárias, padrões de consumo e valores em equilíbrio com a manutenção do ecossistema, baseados no conhecimento das populações tradicionais acerca de sua resiliência, que deverão impactar num novo tipo de turismo e de ocupação a ser desenvolvido e implementado nesta e em outras regiões costeiras do mundo.

Referências Bibliográficas

- ABDEL-GALIL, R. E. S. Desert reclamation, a management system for sustainable urban expansion. *Progress in Planning*, 78(4), 151-206, 2012.
- ANTROP, M. Why landscapes of the past are important for the future. *Landscape and Urban Planning* 70, 21–34, 2005.
- BARBOSA, T. C. P. **Ecolagoa**: um breve documento sobre a Ecologia da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição. Editora Gráfica Pallotti, 2003.
- BITTENCOURT, N. L. R. **A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha**: o caso da orla do canal da Barra da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Brasil. Tese de Doutorado, Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Glossário temático**: promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2012.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Integração de Serviços Ecosistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento**. Em nome do Ministério Federal do Meio Ambiente de Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear da Republica Federal da Alemanha, 2012.
- CARTER, J., DYER, P. & SHARMA, B. Dis-placed voices: sense of place and place-identity on the Sunshine Coast. *Social & Cultural Geography*, 8 (5), 2007.
- CORRALIZA, J. A. La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales. *Papeles del psicólogo*, 67, 26-30, 1997.
- COSTANZA, R. et al. Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics* (61), 267-276, 2007.
- DIEGUES, A. C. (Org). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. MMA; COBIO; NUPAUB, fevereiro, 2000.
- DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis** – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em perspectiva*, 6 (1-2):22-29, 1992.

- FORATTINI, O.P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 25: 75-86, 1991.
- GREEN, R. Community perceptions of environmental and social change and tourism development on the island of Koh Samui, Thailand. *Journal of environmental psychology*, 25:37-56, 2005
- KAMALIPOUR, H., YEGANEH, A. J., & ALALHESABI, M. Predictors of Place Attachment in Urban Residential Environments: A Residential Complex Case Study. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 35, 459-467, 2012.
- KELES, R. The Quality of Life and the Environment. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, 35, 23-32, 2012.
- KUHNEN, A. **Lagoa da conceição**: meio ambiente e modos de vida em transformação. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: Evolução de um conceito? *Proposta*, 71, 5-10, 1997.
- LOPES, G. B. B; CARIONI, J. C.; VAZ, N. P. **Legislação ambiental e urbanística no Brasil**: O caso Porto da Barra em Florianópolis. *Oculum ens. Campinas*: 11(1). 81-96, 2014.
- MASSAN, B. H. Quality of life: public planning and private living. *Progress in Planning*, 58, 141-227, 2002.
- MOSER, G. Quality of life and sustainability: Toward person–environment congruity. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 351–357, 2009.
- NG, S. H; KAM, P. K.; PONG, R.W.M. People living in ageing buildings: Their quality of life and sense of belonging. *Journal of Environmental Psychology*; 25, 347-360, 2005.
- OST, F. O patrimônio: um estatuto jurídico para o meio. In F. Ost. **A natureza à margem da lei**. A ecologia à prova do direito (pp.351-387). Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- PEREIRA, R.M.F.A. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil (pp.1- 17). *Anais do simpósio nacional de geografia urbana*. Florianópolis, SC, Brasil, 2007.
- PINHEIRO, J. Q. **Psicologia Ambiental**: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398, 1997.
- POL, E. *Environmental Psychology in Europe: from Architectural Psychology to Green Psychology* (pp. 163-188). Aldershot: Avebury, 1993.

- PUGLISI, V. P. Meio ambiente urbano: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Dissertação de Mestrado em Direito, PUC/São Paulo, 2006.
- RADFORD, K. G., & JAMES, P. Changes in the value of ecosystem services along a rural-urban gradient: A case study of greater Manchester, UK. *Landscape and Urban Planning*, 109(1), 117-127, 2013.
- ROGAN, R., O'CONNOR, M., & HORWITZ, P. Nowhere to hide: Awareness and perceptions of environmental change, and their influence on relationships with place. *Journal of Environmental Psychology*; 25: 147-158, 2005.
- SACHS, I. Ecodesarrollo: concepto, aplicación, implicaciones. *Comércio Exterior*, vol. 30(7), 718-725, 1980.
- SARTOR, V. V. B.; SANTOS, C. R. **Preservação Ambiental**: dilema e complexidade na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Secco, 2005.
- SCHALOCK, R.L. The concept of quality of life: what we know and do not know. *Journal of Intellectual Disability Research*, 48 (3), pp 203-216, 2004.
- SHAFER, C.S., KOO LEE, B., & TURNER, S. A tale of three greenway trails: user perceptions related to quality of life. *Landscape Urban Plann.* 49, 163–178, 2000.
- SILVA, G. P.; FERETTI, S. F.; SETTE, E. **Gentrificação e políticas de revitalização nos centros históricos do Brasil**: processos que levam ao déficit habitacional. *Revista de Políticas Públicas*, 12, 83-91, 2008.
- SILVA, M. O. **Saindo da invisibilidade** – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social*, 2 (2), 7-9, 2007.
- SLEMP, C. et al. “Growing too fast:” Local stakeholders speak out about growth and its consequences for community well-being in the urban–rural interface. *Landscape and Urban Planning*, 106, 139– 148, 2012.
- THOMPSON, C W., ASPINALL, P., & BELL, S. Innovative approaches to research landscape and health. *Open Space: People Space 2*. New York: Routledge, 2010.
- VIEIRA, P. F. **Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável**. *Política & Sociedade*, 8(14): 27-75, 2009.
- VIEIRA, P. F., BERKES, F., & SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED & SECCO, 2005.

VILLASBÔAS, P. de P. A importância da participação pública no processo de avaliação de impacto ambiental. Estudo de Caso do Porto da Barra Ltda., Florianópolis, Santa Catarina. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2003.

VLEK, C. **Globalização, dilemas dos comuns e qualidade de vida sustentável**: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? Estudos de Psicologia (Natal), 8 (2), 221-234, 2003.